



9451769



08084.001152/2018-96

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****Nota Técnica n.º 113/2019/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08084.001152/2018-96****1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de procedimento licitatório visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, de equipamentos de detecção de metais, que se encontram com prazo de garantia expirado, localizados nos edifícios Sede, Anexo I e Anexo II do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

1.2. Em consonância com o informado no Despacho nº 158/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (9451233), após a fase de aceitação e habilitação, foi aberto prazo para apresentação de intenção de recurso com interposição por parte da TECHSCAN IMPORTADORA E SERVICOS EIRELI em desfavor da empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA.

1.3. Na sequência, recorrente e recorrida, apresentaram, tempestivamente, as razões (9419046) e contrarrazões de recurso (9451215), respectivamente.

1.4. Por conseguinte, a Coordenação de Procedimentos Licitatórios retornou o processo a este Núcleo de Preparações e Aquisições, através do Despacho nº 158/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ 9451233, para manifestação quanto aos seguintes pontos:

3.4. A nota técnica de n. 97/2019, apresentada neste processo licitatório, deverá ser corrigida, para fins de cômputo do prazo de somente 27 dias de vigência da efetiva assistência técnica in loco, para o contrato n. 19/2016 do DEPEN, conforme consta do respectivo atestado de capacidade técnica.

3.5. A nota técnica de n. 97/2019, apresentada neste processo licitatório, deverá ser corrigida, para fins de considerar somente o prazo de efetiva assistência técnica, no âmbito do contrato n. 2/2011, com a Infraero; desprezando-se os prazos de entrega, comissionamento do equipamento e treinamento.

3.6. Não poderá ser aceito nenhum atestado de capacidade técnica de fornecimento de equipamentos, pois o item 8.9.1.2 c.c. esclarecimentos prestados no âmbito deste processo e também em conjunto com o art. 30, II, da Lei n. 8.666/93 são explícitos a exigir atestado de capacidade técnica que demonstre a efetiva prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, pelo prazo de 3 (três) anos.

3.7. A Recorrida VMI não logrou êxito em demonstrar o atendimento do item 8.9.1.2 em sua totalidade, notadamente no que diz respeito ao prazo de pelo menos 3 (três) anos.

2. DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

2.1. Em relação ao item 8.9 do Edital, temos que as empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.1.1. Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, conforme IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

2.2. E ainda, documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:

8.9.1.2. Documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:

a) que comprove a aptidão da LICITANTE na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo.

b) que comprove que a LICITANTE tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços objeto deste Termo de Referência, com fornecimento de todo o material de reposição.

8.9.1.3. Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto licitado, a prestação de serviços, realizados em edificações não residenciais, observada a seguinte característica mínima:

a) manutenção corretiva e preventiva de, no mínimo, um equipamento de inspeção por raios-x, com fornecimento de peças e mão-de-obra especializada.

8.9.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.9.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

8.9.1.6. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade desse ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.9.1.7. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

2.3. Em análise às razões e contrarrazões segue:

2.3.1. **Atestado de Capacidade Técnica do DEPEN, referente ao Contrato nº 19/2016:**

2.3.1.1. Assim, conforme disposto no documento convocatório, para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, foi aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade desse ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

2.3.1.2. Quanto ao cômputo do prazo de somente 27 dias de vigência da efetiva assistência técnica in loco, conforme alegação, para o contrato n. 19/2016, esta Coordenação evidenciou na Nota Técnica nº 97/2019/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ que a comprovação da prestação de serviços ao DEPEN, órgão diretamente vinculado ao Ministério da Justiça, atendeu a todo o disposto.

2.3.1.3. Considerando que a prestação de serviços se deu à Órgão, que de acordo com o art. 71. da Lei 7.2010/1984 é subordinado ao Ministério da Justiça, esta pasta é detentora das informações quanto à prestação de tais serviços. Seria desarrazoado que o Órgão desconsiderasse o compute de prazo porque a licitante deixou de encaminhar cópia do edital que deu origem à prestação de serviços.

2.3.1.4. Em que pese o subitem 8 do item 1.2 do Contrato especificar o termo "on site, durante todos os dias dos jogos olímpicos e paralímpicos", importa aferir que a garantia não se trata de apenas esses dias, mas, on site para os dias dos jogos olímpicos e paralímpicos, conforme item 10 do Termo de Referência CGPAI/DIRPP/DEPEN (1668338).

10. ASSISTÊNCIA TÉCNICA "on site":

10.1 A assistência técnica para o período de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, será assim definida:

10.2 No período de utilização dos equipamentos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para inspeção de objetos que vão adentrar os diversos ambientes relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a CONTRATADA deve assegurar:

10.2.1 Garantia "on site" para os dias de jogos olímpicos e Paralímpicos, a contar da data de Recebimento Provisório no Rio de Janeiro/RJ, nos locais dispostos no ANEXO 1-B;

10.2.2 A Garantia "ON SITE" para todos os equipamentos e acessórios fornecidos, deverá abranger no mínimo:

10.2.2.1 Representação da CONTRATADA 24 (vinte e quatro horas) durante todos os dias dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, por meio de no mínimo (2) dois funcionários da CONTRATADA, por meio de posto de trabalho fixo em cada uma das 4 (quatro) áreas de realização dos jogos (Maracanã, Barra, Deodoro e Copacabana). Para equipamentos instalados fora destas 4 áreas, não será exigido posto fixo;

10.2.2.2 Assegurar que a resolução para eventuais problemas de configuração, descalibração ou pane total, ocorra em até 01:30h (uma hora e trinta minutos) após a comunicação ao representante da CONTRATADA para as 4 (quatro) áreas e de até 04 (quatro) horas para os demais locais. constatada a necessidade de substituição do equipamento, este procedimento está incluso no prazo mencionado;

10.2.2.3 A CONTRATADA deverá realizar toda a assistência necessária para solução das ocorrências, visando garantir a disponibilidade integral dos equipamentos, exceto realizar substituição de peças, componentes e conjuntos **relacionados aos geradores de raios X** nos locais de apoio disponibilizados para a CONTRATADA.

10.2.2.4 A CONTRATADA será responsável pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva do hardware e software, sem custo adicional para a CONTRATANTE, incluindo todos os serviços, mão de obra, despesas com deslocamento, transportes, hospedagens, peças e materiais substituídos;

10.2.2.5 Todas as peças e materiais de reposição deverão ser novos, não sendo aceitos itens usados ou recondicionados, inclusive os acessórios.

10.3 A organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos providenciará local apropriado para a CONTRATADA abrigar no máximo 2 (dois) equipamentos completos em cada uma das 4 (quatro) áreas de realização dos jogos, a título de reserva para pronta substituição. Este local poderá ser utilizado apenas para pequenos reparos, montagem e desmontagem e substituição de conjuntos, sempre respeitando a salubridade e níveis de ruído apropriados para o local;

10.4 O período destinado à realização da Garantia "ON SITE" para todos os equipamentos e acessórios fornecidos, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, não será integrado ao período de garantia regular (vinte e quatro meses);"

10.5 A garantia "ON SITE" será encerrada para cada equipamento quando da desativação e respectiva reembalagem pela empresa CONTRATADA. **(grifo nosso)**

2.3.1.5. Conquanto a assistência técnica "on site" para o período de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos não se confunde com a garantia e assistência técnica definida no item 11 do Termo de Referência CGPAI/DIRPP/DEPEN:

11. GARANTIA regular após recebimento definitivo:

11.1 O período de Garantia Regular deverá ser de 24 meses, com início na data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo – **TRD**, referente à entrega nas unidades prisionais de cada Unidade Federativa, dispostas no ANEXO 1-C. Deste modo, quando entregues e recebidos todos os equipamentos em uma Unidade Federativa, a Garantia Regular terá início para esta UF;

11.2 Durante o período de Garantia Regular, a CONTRATADA será a responsável pela solução de quaisquer defeitos provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de falhas na concepção do projeto, matéria prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagens, transportes, manuseios, montagem e das atividades de Comissionamento. Excluir-se-ão, entretanto, os danos ou defeitos decorrentes de uso inapropriado do equipamento ou influências externas de terceiros, não imputáveis à CONTRATADA;

11.3 A CONTRATADA será responsável, durante o período de Garantia Regular, pela atualização de software e dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do hardware e software, sem custo adicional para a CONTRATANTE, incluindo todos os serviços, mão de obra, despesas com deslocamento, transportes, hospedagens, peças e materiais substituídos;

11.4 Ocorrendo atualização do software no período de garantia regular, deverá ser disponibilizada uma cópia do mesmo para a CONTRATANTE;

11.5 Todas as peças e materiais de reposição, durante o período de Garantia Regular, deverão ser novos, não sendo aceitos itens usados ou reconicionados, inclusive os acessórios;

11.6 A CONTRATADA se disponibilizará a realizar o descarte sustentável das peças e materiais inservíveis nos termos da legislação vigente aplicada;

11.7 O período transcorrido a partir da constatação pela CONTRATANTE, de defeito nos equipamentos e acessórios, até a sua efetiva correção, será somado ao período de Garantia Regular;

11.8 No momento de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá emitir um Termo de Garantia de fornecimento de Peças de Reposição por um período de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do último equipamento a ser entregue na última Unidade Federativa do contrato.

2.3.1.6. Assim, identifica-se que os serviços descritos no atestado, bem como no contrato apresentam natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, ou possibilitam estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços objeto do Termo de Referência.

2.3.1.7. Outrossim, para a contagem dos prazos, a nota técnica considerou a data de assinatura do contrato até a data de emissão do atestado de capacidade, porém, considerando o período de vigência contratual, seriam 24 meses.

2.3.1.8. Aceito para a comprovação das exigências dos itens 8.9.1.1, 8.9.1.2 "a" e "b" e ainda, 8.9.1.3 "a" do Edital.

ÓRGÃO	Nº CONTRATO	OBJETO	Quantidade de equipamentos	PERÍODO DE VIGÊNCIA		QUANTIDADE DE MESES
DEPEN	Contrato nº 19/2016	Fornecimento e Instalação, inclusive manutenção e assistência Técnica	114	01/04/2016	25/08/2017	17

2.3.2. **Atestado de Capacidade Técnica da INFRAERO, referente ao Contrato nº 02/2011:**

2.3.2.1. No âmbito desse contrato, ressaltamos o disposto na Cláusula Sétima - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, e seus parágrafos que trazem:

A garantia de Funcionamento e Assistência Técnica será prestada pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante, na vigência da garantia, executando as medidas necessárias para a conservação e os cuidados técnicos indispensáveis ao funcionamento regular e permanente dos equipamentos fornecidos, de acordo com o estabelecido na proposta comercial e no manual do fabricante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Garantia de Funcionamento e Assistência Técnica deverá englobar integralmente o equipamento fornecido, incluindo as unidades de raios-X (em todos os equipamentos objeto deste contrato)...

PARÁGRAFO SEGUNDO

Será efetuada, sem ônus para a Contratante, a troca de todas e quaisquer partes, peças e equipamentos que se revelarem defeituosos, inclusive aquelas desgastadas pelo uso normal do equipamento, independentemente de causa, época ou tipo de defeito, exceto nos casos comprovados pela Contratada e previstos"...

ÓRGÃO	Nº CONTRATO	OBJETO	Quantidade de equipamentos	PERÍODO DE VIGÊNCIA		QUANTIDADE DE MESES
INFRAERO	Contrato nº 02/2011	Fornecimento e Instalação, inclusive manutenção e assistência Técnica	71	13/01/2011	13/02/2012	12

2.3.2.2. O Atestado de Capacidade Técnica ratifica a venda de 71 (setenta e uma) máquinas, inclusive, com manutenção e assistência técnica durante o período de garantia. Assim, em que pese o pedido de revisão desta contagem, ela não será recontada tendo em vista ter-se-á levado em consideração o prazo de vigência do contrato e sua validade para os itens 8.9.1.1 e 8.9.1.2 "a" do Edital.

2.3.3. Atestado de Capacidade Técnica dos CORREIOS referente ao Contrato nº 110/2014:

2.3.3.1. No âmbito desse contrato, ressaltamos o disposto na Cláusula 1 - OBJETO E PREÇO, e seu item 1.1:

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva por demanda, em Equipamentos de Inspeção de Objetos e Cargas por Raios X instalados em diversas Diretorias Regionais da ECT...

ÓRGÃO	Nº CONTRATO	OBJETO	Quantidade de equipamentos	PERÍODO DE VIGÊNCIA		QUANTIDADE DE MESES
CORREIOS	Contrato nº 110/2014	Manutenção preventiva e corretiva por demanda	80	16/05/2014	15/06/2016	24

2.3.3.2. O Atestado de Capacidade Técnica ratifica prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva por demanda, atendendo aos itens 8.9.1.1 e 8.9.1.2 "a".

2.3.4. Atestado de Capacidade Técnica da Cia Docas do Ceará referente ao Contrato nº 25/2014

2.3.4.1. No âmbito desse contrato, ressaltamos sua assinatura em 16/04/2014 com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva por demanda, em Equipamentos de Inspeção de Objetos e Cargas por Raios X instalados em diversas Diretorias Regionais da ECT...

ÓRGÃO	Nº CONTRATO	OBJETO	Quantidade de equipamentos	INÍCIO DE VIGÊNCIA		QUANTIDADE DE MESES

ÓRGÃO	Nº CONTRATO	OBJETO	Quantidade de equipamentos	INÍCIO DE VIGÊNCIA	QUANTIDADE DE MESES
DOCAS DO CEARÁ	Contrato nº 25/2014	Aquisição de Equipamentos com Manutenção e Assistência	10	16/04/2014	36

2.3.4.2. Em que pese o Contrato nº 25/2014 referir-se à aquisição de equipamentos, consoante à Cláusula IX - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E OUTRAS OBRIGAÇÕES, itens "a" e "b", o documento supre a comprovação para fins de Capacidade Técnica. Bem como o Atestado de Capacidade que ratifica a prestação de serviços de Manutenção e Assistência Técnica, mantendo os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

2.3.4.3. Consoante Cláusula V - DO PRAZO, verifica-se que há especificações apenas quanto à instalação no porto de Fortaleza, qual seja, 20 dias a partir da ordem de fornecimento, mais o prazo de instalação de (30 dias). Sem contudo, interferência no prazo Contratual de 36 (trinta e seis) meses.

2.3.4.4. Passivo de aceitação para a comprovação das exigências dos itens 8.9.1.1 e 8.9.1.2 "a".

2.4. Quanto ao atestado de Capacidade da Secretaria de Logística e Transporte SELT, identifica-se que o documento refere-se à realização de Serviço Especializado de Manutenção Corretiva e Preventiva, com atualização Tecnológica de equipamentos de Segurança Scanners de Raio X instalados no aeroporto de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santo Ângelo. Apesar de não haver documento contratual especificando prazo de vigência, quantidade e características, tal documento comprova a capacidade operacional quanto ao serviço prestado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, conforme o item 8.9.1.4 do Edital.

2.5. Identifica-se ainda Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Receita Federal do Brasil para fornecimento e instalação de 71 (setenta e um) equipamentos para inspeção (Raio X).

2.6. Este documento consigna ainda, característica, marca e modelo dos equipamentos fornecidos, bem como explicita a manutenção e assistência técnica durante o período de garantia. No que tange à Garantia e Assistência Técnica, esta área demandante, igualmente ao item 4.4, não considerou o computo para prazo, até porque não há documento contratual que subsidie prazos, condições, etc. no entanto, considera-se para comprovação quanto à capacidade operacional na prestação do serviço de manutenção no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, conforme exigência do item 8.9.1.4 do Edital.

3. CONCLUSÃO

3.1. Da análise acima empreendida, esta área demandante manifesta-se pela ratificação da habilitação técnica da empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ: 05.293.074/0001-87.

3.2. Restitua-se o processo à Coordenação de Procedimentos Licitatórios, com sugestão de posterior encaminhamento à Coordenação de Procedimentos Licitatórios, a fim de que seja dado prosseguimento ao feito.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA CHAVES VIDAL**, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais, em 16/08/2019, às 21:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOAB SANTOS PEREIRA**, Analista Técnico(a) Administrativo(a), em 19/08/2019, às 08:01, conforme o § 1º do art. 6º e



art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9451769** e o código CRC **B2D07427**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08084.001152/2018-96

SEI nº 9451769